

O impacto da COVID-19 na economia e no setor agropecuário: qual o papel do Estado?

Daniel Teixeira dos Santos Braz

Mariana Augusta de Souza

Muito se discute na teoria econômica sobre o papel do Estado no funcionamento da economia. Crises econômicas, tempos de guerra e pandemias são assuntos que trazem à tona essa discussão tão polêmica nas escolas de Economia no mundo. Este texto traz de maneira simplificada informações de dois artigos científicos internacionais, destinados aos formuladores de políticas públicas e pesquisadores que estejam interessados em mecanismos para mitigar o impacto da COVID-19 na economia e no setor agropecuário. Ambos os trabalhos analisados foram formulados com base em métodos científicos robustos, antes de serem publicados.

Com base nas experiências econômicas diante à pandemia da síndrome respiratória aguda grave (SARS) e da Influenza Pandêmica nos anos de 2003 e 2009, respectivamente, Warwick Mckibbin e Roshen Fernando fazem uma projeção para entender melhor os possíveis resultados econômicos associados à COVID-19. O estudo indica possíveis desdobramentos no próximo ano e surgere políticas públicas de curto e longo prazos diante à nova realidade.

Um dos principais apontamentos do estudo, amplamente discutido no meio acadêmico-científico, é que investir em saúde pública é também um mecanismo para incentivar o crescimento econômico: os gastos em saúde podem se tornar um gatilho e injetar recursos, fazendo com que a economia se movimente. Embora amplamente discutidas no meio acadêmico-científico, medidas desse tipo parecem ser pouco aplicadas nas políticas públicas.

Utilizando dados secundários da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), da Organização Mundial da Saúde (OMS) e outros documentos técnico-científicos, Raúl Siche trata do impacto socioeconômico da COVID-19 no setor agropecuário e destaca as políticas públicas específicas para o setor. Apresentamos a seguir algumas possibilidades de políticas públicas de curto, médio e longo prazos, a fim de orientar os gestores para que a atividade no campo e delas decorrentes sejam garantidas e as condições de vida dos envolvidos sejam amparadas.

A crise exige rapidez de respostas monetárias, fiscais e de políticas de saúde. Entende-se que a quarentena das pessoas afetadas e a redução da interação social em larga escala podem reduzir a extensão do contágio e, portanto, reduzir o custo social e econômico da pandemia. Nesse sentido, ações de curto prazo, como a redução nas taxas de juros, com atuação fundamental dos bancos centrais e o Tesouro, tem papel fundamental para garantir que as economias impactadas continuem funcionando.

No médio e longo prazos, embora muitos governos relutem em investir suficientemente em seus sistemas de saúde, especialmente em sistemas públicos, doenças desses tipos continuarão a ameaçar as vidas das pessoas e gerar perturbações na economia global.

Mais do que nunca, o surto de COVID-19 mostrou que não é possível pensar um país como uma ilha, especialmente quando se fala de economia global integrada. O caráter global de nossa sociedade atual talvez seja uma das grandes novidades dessa crise sanitária, comparativamente a pandemias passadas. Olhar o lado positivo da globalização neste momento, e buscar ações para intensificar a cooperação global e o investimento, principalmente na área da saúde pública e desenvolvimento econômico, são essenciais. Isso deve envolver a participação ativa dos principais países.

Qual o papel do Estado no setor agropecuário?

A pandemia causada pela doença COVID-19 tem um efeito importante na agricultura e na cadeia de suprimentos, afetando principalmente a demanda e conseqüentemente a segurança alimentar, com grande impacto na população mais vulnerável. Apesar dos impactos no agronegócio causarem perdas reais, eles têm sido bem administrados no curto prazo. No entanto, as incertezas são grandes no longo prazo, e a demanda por alimentos diminuiu devido à incerteza e redução da capacidade de gasto das pessoas. Embora essa restrição na renda seja algo inicial, a situação pode piorar se a pandemia continuar. A segurança alimentar é um dos fatores mais críticos mencionados, pois implica na falta de alimentos e atinge a todos.

As medidas recomendáveis para as políticas públicas são principalmente as financeiras com foco em manter as cadeias globais de suprimento de alimentos ativas, mitigando os impactos da pandemia em todo o sistema alimentar.

Quais são os grupos mais vulneráveis ao longo da cadeia produtiva de alimentos?

Uma pandemia como a COVID-19 pode trazer fome, com a interrupção do acesso ao alimento para grupos de pessoas que já apresentam fome crônica. Os pequenos agricultores podem ser impedidos de trabalhar em suas propriedades rurais, além de sofrer dificuldades de acesso a mercados para vender seus produtos, ou até mesmo para comprar insumos essenciais. Na outra ponta, as famílias de baixa renda, que são principalmente nutridas por alimentos fornecidos por programas governamentais, podem sofrer com a suspensão deste tipo de auxílio.

Assim, uma parte do sistema de abastecimento de alimentos que merece atenção é aquela na qual se encontram as políticas públicas que visam alimentar famílias e crianças com limitações econômicas. Assim, manter programas de alimentação, inclusive adaptando os mecanismos para a nova realidade, se mostra essencial. Colocam-se aqui como exemplo programas de alimentação escolar, que, em tempos de suspensão das aulas presenciais, podem ser adaptados para distribuição de alimentos às famílias dos alunos.

E o que os governos podem fazer?

A intervenção do governo, desde o nível municipal até o plano internacional, pode acontecer de diferentes maneiras. Apontamos aqui alguns caminhos, que serão discutidos de maneira mais aprofundada em textos futuros.

- Mecanismos para garantia da continuidade da cadeia global de suprimento;
- Uso de medidas fiscais e financeiras para que internamente a economia se fortaleça;
- Investimento em saúde pública no curto e no longo prazos;
- Manutenção de programas sociais para população vulnerável, além de programas de incentivo e proteção a pequenos agricultores, considerando que em um adequado sistema de saúde, não é necessário fechar fronteiras por muito tempo;
- Mecanismos de proteção de pequenos produtores, para que não haja dificuldades em atender o comércio local e mundial, tanto em relação a mão-de-obra quanto a produtos, evitando assim colapsos futuros.

SAIBA MAIS:

McKibbin e Fernando (2020). **The Global Macroeconomic Impacts of COVID-19: Seven Scenarios.** CAMA Working Paper, Crawford School of Public Policy. Acesso em: 10/04/2020.

Siche, R. 2020. What is the impact of COVID-19 disease on agriculture? **Scientia Agropecuaria** 11(1): 3-6. Acesso em: 10/04/2020.

Equipe:

Priscila Duarte Malanski
Amanda Ferreira Guimarães
Daniel Teixeira dos Santos Braz

Mariana Augusta de Souza
Mariela Meira Caunetto
Priscilla Tiara Torrezan Chaves

Coordenação

Prof. Dr. José Paulo de Souza (PPA/ UEM)
Profa. Dra. Sandra Mara de Alencar Schiavi (PPA/UEM, PCE/UEM)